

ENTENDIMENTOS DE OBJETIVIDADE ENTRE OS JORNALISTAS BRASILEIROS:

o que se pretende ser, quando se quer ser objetivo



RAFAEL PAES HENRIQUES

*Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória – Espírito Santo –
Brasil*

ORCID: 0000-0002-1812-5886

DOI: 10.25200/BJR.v17n3.2021.1410

Recebido em: 18/03/2021

Desk Review em: 07/04/2021

Editor do Desk Review: Fábio Pereira

Revisado em: 29/04/2021

Revisado em: 18/08/2021

Aceito em: 08/10/2021

RESUMO – O objetivo deste artigo é apresentar os resultados de um questionário online que contou com a participação de 234 jornalistas, de todas as regiões do Brasil, e que buscou identificar a percepção da objetividade jornalística por esses profissionais. As perguntas apresentavam possibilidades teóricas distintas frente ao problema da objetividade e foram organizadas em torno de três eixos: 1) ontológico, que procurou medir como os jornalistas entendem o que são os fatos; 2) eixo epistemológico, que perguntou sobre a possibilidade de acesso a esses fatos; e 3) metodológico, que buscou caracterizar o entendimento sobre qual seria o método mais adequado para descrever os fatos. Os dados foram obtidos por meio de Google Forms, sendo sistematizados com o software SPSS. Conclui-se que, nessa amostra não probabilística, os jornalistas compreendem que os fatos possuem uma determinação anterior ao relato, cujo sentido pode ser definido por aproximação, por meio de um método intersubjetivo de verificação. **Palavras-chave:** Teorias do Jornalismo. Objetividade jornalística. Conceitualização. Percepção.

UNDERSTANDING OBJECTIVITY AMONG BRAZILIAN JOURNALISTS: what you intend to be when you want to be objective

ABSTRACT – This paper presents the results from an online survey of 234 journalists from all regions of Brazil and their perceptions of journalistic objectivity. The survey questions presented different theoretical possibilities concerning objectivity and were organized around three main ideas: 1) ontological, which measures how journalists understand what the facts are; 2) epistemological, which asks about how accessible these facts are; and 3) methodological, which characterizes the understanding of what would be the most appropriate method for describing the facts. The data were obtained using Google Forms and analyzed using the SPSS software. Our findings, based on non-probability sampling, showed that journalists understand that the facts have a determination prior to the report, the meaning of which can be defined by approximation through an intersubjective method of verification.

Key words: Journalism Theory. Journalistic objectivity. Conceptualization. Perception.

ENTENDIMIENTOS DE OBJETIVIDAD ENTRE PERIODISTAS BRASILEÑOS: lo que quieres ser, cuando quieres ser objetivo

RESUMEN – El propósito de este artículo es presentar los resultados de una encuesta que contó con la participación de 234 periodistas, de todas las regiones de Brasil, y que buscó identificar la percepción de la objetividad periodística por parte de estos profesionales. Las preguntas presentaban distintas posibilidades teóricas en relación al problema de la objetividad y se organizaban en torno a tres ejes: 1) ontológico, que buscaba medir cómo los periodistas entienden cuáles son los hechos; 2) eje epistemológico, que preguntó sobre la posibilidad de acceder a estos hechos; y 3) metodológico, que buscaba caracterizar la comprensión de cuál sería el método más adecuado para describir los hechos. Los datos se obtuvieron a través de un cuestionario en línea, siendo sistematizados con el software SPSS. Se concluye que, en esta muestra no probabilística, los periodistas entienden que los hechos tienen una determinación previa al informe, cuyo significado puede definirse por aproximación, mediante un método intersubjetivo de verificación.

Palabras clave: Teorías del Periodismo. Objetividad periodística. Conceptualización. Percepción.

1 Introdução

Surgido no final do século XIX, o paradigma da objetividade se consolidou como ideal jornalístico, principalmente, depois das duas grandes guerras mundiais, e a partir da segunda metade do século XX. Na investigação do contexto estadunidense, que serviu de referência para diversos países, Schudson (2010) indica três razões para que a objetividade despontasse como modelo padrão no jornalismo moderno, também chamado de jornalismo industrial: uma político-econômica; outra de caráter mercadológico e a terceira, de ordem cultural.

Com o objetivo de aproveitar o crescimento da população urbana e letrada e aumentar o número de leitores possíveis, a imprensa, que até então se organizava desde os jornais de causa, ligados a grupos políticos que os financiavam, se transformou em jornal empresa, e uma nova conduta profissional de alegada neutralidade partidária se impôs como estratégica. As expectativas de novos públicos, que passaram a ler e a comprar jornais, giravam em torno de um produto com mais fatos e menos opiniões, configurando os formatos que vieram a ser reconhecidos como pertencentes a um gênero jornalístico próprio: o informativo, no qual se exige, supostamente, a separação do que é fato daquilo que é a opinião do jornalista. Por último, Schudson (2010) argumenta que o ideário iluminista de liberdade e autonomia do sujeito também pode ser apontado como causa para a centralidade da objetividade no jornalismo como conhecemos hoje. É que o princípio de que todos os sujeitos quando livres e esclarecidos podem, no uso da razão, fazer suas próprias leituras dos acontecimentos, forjou uma concepção da atividade centrada na “descrição pura” dos fatos.

Apesar da relativa clareza histórica sobre a consolidação do paradigma da objetividade no jornalismo, e do consenso quanto à importância da adoção desse modelo de atividade para o sucesso comercial da imprensa no século XX, não existe a mesma facilidade para determinar, de forma unânime, o que, efetivamente, significa ser objetivo jornalisticamente.

Apesar de reconhecer esta dificuldade, e a controvérsia que sempre acompanha a discussão, Frey (2017) argumenta que o debate sobre o conceito segue sendo fecundo e bastante importante para o jornalismo. Martine e De Maeyer (2018); Schudson e Anderson (2009) e Hanitzsch (2007) também argumentam que a ideia de objetividade jornalística está muito ligada à profissionalização da atividade nos Estados Unidos e a definem, em linhas gerais, na crença de que não somente é possível, como também é necessário, separar os fatos das crenças, princípios e valores do jornalista que atua na cobertura dos acontecimentos.

Muito já se publicou sobre a possibilidade, ou impossibilidade, dos profissionais da informação conseguirem efetivar o distanciamento e o desprendimento, de todas as suas convicções, do relato do que ocorre. Mas em vez de taxar essa pretensão de ingênua, Carlson (2019) chama a atenção que a resiliência dessa noção, como norma, registrada, sobretudo nos Estados Unidos, é a prova de sua complexidade.

Em um texto anterior, Carlson (2018) avança um pouco mais no sentido de definir o que significa ser objetivo, reforçando a centralidade de se retirar a subjetividade do jornalista na hora de selecionar ou de descrever os fatos de interesse público. “Normativamente, o jornalista responde aos acontecimentos externos, segue a formação profissional para cobri-los e os representa o mais fielmente possível ao público” (Carlson, 2018, p. 1760).

Em recente estudo que busca identificar variáveis que podem transformar a questão da objetividade, no jornalismo de Realidade Virtual (VR), Mabrook (2021) conclui que, mesmo que se reconheça maior grau de subjetividade em produtos dessa natureza, os produtores de conteúdos em VR não estão liberados de seguir os processos rigorosos de pesquisa e verificação dos fatos. Baseada em Ward (2019), e seu conceito de objetividade pragmática, a pesquisadora afirma que “jornalistas pragmaticamente objetivos são transparentes sobre suas parcialidades, sensíveis a sua influência indevida, e dispostos a se submeter ao escrutínio público e a apresentar suas razões que outras pessoas podem aceitar como válidas” (Mabrook, 2021, p. 212). Entendimento que desloca completamente o sentido do que significaria ser objetivo.

McNair (2017) propõe que a objetividade continua sendo um valor central do jornalismo, mesmo em tempos que nomeia de pós-factualidade ou de pós-verdade. No ensaio, o autor defende a ideia de que é preciso, ao mesmo tempo, validar boa parte das críticas feitas ao conceito ao longo das décadas, e avançar na direção da “transparência procedimental e autorreflexão jornalística [...] apresentadas ao público como sendo parte de uma notícia tanto quanto ‘os fatos’” (McNair, 2017, pp. 14–15). Isso significaria justamente reconhecer, e até mesmo evidenciar, as influências subjetivas do jornalista no relato, mas, mesmo assim, continuaria sendo chamado de “respeito ao princípio da objetividade”, o que não deixa de criar um embaraço conceitual para o campo.

Já Waisbord (2018) reforça a crítica ao questionar “a forma como o jornalismo permanece ancorado em maneiras simplistas e em noções realistas de dizer a verdade” (p. 8). E o autor vai mais além: argumenta que é preciso reposicionar o próprio jornalismo enquanto instituição produtora de sentido, visto que não há mais o monopólio de determinar a verdade dos acontecimentos. “A verdade é resultado da construção coletiva de sentido, em vez de decidida unilateralmente pelas redações” (p. 8). Esse tipo de

reflexão pode deixar os jornalistas ainda mais confusos quanto ao que devem perseguir quando pretendem ser corretos, precisos, ou, se preferirem, objetivos.

Como forma de enfrentar a dificuldade teórico-prática da questão da objetividade, esta pesquisa pretende compartilhar da tarefa de Guerra (2008), Sponholz (2009) e Gauthier (2015), no sentido de, por um lado, reforçar a centralidade do problema e de, por outro, procurar superar cientificamente as respostas dicotômicas para a ideia de objetividade. Assim como esses autores, parte-se da premissa de que não se trata de ser contra ou a favor, de afirmar a existência ou a inexistência da objetividade na atividade jornalística, mas de se procurar distinção conceitual sobre o que é isso que se está exigindo da prática e, conseqüentemente, dos produtos jornalísticos.

Uma confusão bastante comum no Brasil é entender a objetividade como mera questão formal, de estilo de texto, conforme também indicam Guerra (2008) e Sponholz (2009), além de Demeneck (2009). Nessa perspectiva, só se é objetivo quando se vai direto ao ponto, sem rodeios, ou quando se consegue sintetizar aquilo que é mais importante de ser relatado e se garante alto grau de comunicabilidade no texto. Em vez de um problema de adequação, correspondência, representação possível ou ainda reconstrução/ interpretação apropriada das ocorrências de interesse público, a objetividade quando compreendida simplesmente como uma questão técnica, se reduz a recurso disponível – e desejável – ao jornalista.

Nesse escopo, temos a objetividade como compreensibilidade, por exemplo, quando ser objetivo é fazer uso de uma linguagem simples e direta, com vistas a ser bem entendido pelo público. Outra possibilidade nesse sentido é o entendimento de objetividade como obrigação de expor as informações em ordem decrescente de relevância, limitando o problema a uma operação de hierarquização pertinente da informação, na qual o lide clássico é a sua consequência mais visível.

Em texto seminal sobre a noção de objetividade jornalística, Tuchman (1993) já problematizava a simplificação da questão por meio da redução a aspectos formais relativos a procedimentos e à apresentação textual. Nessa perspectiva, o uso de aspas (aspas judiciosas), por exemplo, seria uma forma de ser objetivo, já que destaca que a opinião do entrevistado não é, necessariamente, a do repórter ou do veículo, ou ainda a exposição de mais de uma versão dos fatos relatados, como se esse expediente pudesse garantir que ao menos uma delas corresponda à verdade dos eventos.

Outro mal-entendido é compreender a objetividade como imparcialidade, conforme apontam Miguel e Biroli (2010), para quem esse entendimento “[...] é, em si mesmo, um obstáculo para a ampliação da pluralidade” (p. 60). Na avaliação dos autores, como qualquer outro discurso, o jornalismo é socialmente situado, por diversos fatores, como origem e identidade social dos profissionais de informação, além de condicionantes e limitações resultantes de variáveis internas e externas ao campo do jornalismo. Sendo assim, apesar de se apresentar como universal, o discurso jornalístico não consegue realizar a promessa de ouvir todas as vozes envolvidas em uma questão de interesse público: “[...] a diversidade social é mal representada no jornalismo, que universaliza a perspectiva social de seus agentes, apresentando-a como neutra” (Miguel & Biroli, 2010, p. 70).

Nesse horizonte, o problema reside no esforço de se retirar – e de se fazer parecer que se excluiu – toda a opinião, entendimento, ou qualquer resquício de subjetividade do jornalista da produção noticiosa: da coleta das informações à redação das notícias. Somada a ideia de que “os fatos falam por si só” (facticidade), esses entendimentos de objetividade prejudicam a própria investigação jornalística e acabam, por exemplo, produzindo notícias que se contentam em transcrever com precisão aquilo que se disse. Na cobertura informativa, os jornalistas não podem expor opinião ou posicionamento; não podem qualificar as declarações; não podem emitir juízo algum, ou qualificar o que se diz; e os relatos não deveriam nem mesmo apresentar qualquer indício que seja de interpretação a respeito, por exemplo, do conteúdo das falas de autoridades públicas. Um prato cheio para políticos populistas de extrema-direita, conforme se pode verificar atualmente em diversas partes do mundo.

Esta investigação parte da perspectiva de que essas compreensões do termo não respondem – e nem mesmo abordam – o que realmente interessa: que é procurar compreender, com o mínimo de discernimento, o que significa realizar a mediação entre os fatos de interesse jornalístico e os cidadãos. Determinar com mais rigor e exatidão o que se pretende ser, quando se quer ser jornalisticamente objetivo significa, nesse horizonte, fundamentar teoricamente o jornalismo, mas, ao mesmo tempo, é a maneira mais adequada de revelar o ideal de toda uma prática dessa atividade que tem por missão, justamente, dar conta daquilo que ocorre.

Sendo assim, a construção de um questionário online de uma pesquisa como essa, que visa a identificar a percepção de objetividade

jornalística dos profissionais da informação no Brasil precisa, em um primeiro momento, realizar uma categorização dos possíveis horizontes de entendimento do que significa ser objetivo, para, em um segundo esforço, verificar o grau de adesão e identificação dos profissionais com esses posicionamentos. Com isso não se quer dizer que os jornalistas sejam sujeitos eminentemente teóricos, que andam com manuais e obras sobre Teorias do Jornalismo debaixo do braço, para eventual consulta no caso de alguma dúvida durante o trabalho de apuração em campo, ou ao longo da elaboração do texto, na redação. Também não se quer afirmar que os jornalistas tenham total clareza desses posicionamentos de modo que saibam facilmente identificar desde qual escola de pensamento realizam o seu trabalho.

O que se quer apontar é que os trabalhos que discutem a objetividade são o resultado de entendimentos específicos sobre o paradigma, baseados em premissas teórico-práticas que já circulam, não somente pelos cursos de graduação e pós-graduação em Jornalismo, como também pelo setor produtivo, no qual esses profissionais atuam. E mais: pretende-se defender a ideia de que, mesmo sem nenhuma problematização ou tematização filosófica da questão da objetividade, não é possível escrever, e nem mesmo ler, nenhuma linha de qualquer que seja o produto jornalístico, sem que alguma concepção do que significa relatar a realidade esteja, ao menos, subentendida ou pressuposta como “óbvia” e “evidente”.

Nesse sentido, uma primeira dificuldade de uma investigação desta natureza se coloca, já que não são muitos os autores que realizaram alguma classificação, que organize o conjunto de respostas conceituais para o problema da objetividade, para além da defesa ou do ataque do paradigma. Com o objetivo de tentar fundamentar o posterior levantamento sobre as percepções dos jornalistas brasileiros, antes, esta investigação vai apresentar e discutir, brevemente, a proposta de tipificação de três autores. Guerra (2008) divide os trabalhos, que efetivamente discutem a objetividade, em dois grandes horizontes: o da notícia como reprodução do real, representado pelo realismo; e da notícia como construção da realidade, no qual o subjetivismo e o construcionismo representam dois entendimentos distintos.

No realismo, a notícia não somente pode como também deve ser elaborada desde a rigorosa observação dos fatos, de modo a funcionar como uma espécie de olhos e ouvidos da audiência,

reproduzindo a realidade de maneira fiel, neutra e imparcial, sendo que, cada um desses aspectos atua com caráter complementar ao outro. Em síntese, a ideia é a de que, quando certos imperativos éticos e metodológicos são cumpridos, o jornalismo pode realizar a correta correspondência entre fato e notícia.

Apesar de reconhecer a autonomia e a anterioridade dos fatos, a perspectiva do subjetivismo argumenta que os jornalistas invariavelmente alteram subjetivamente a essência dos acontecimentos ao relatá-los. Isso se daria tanto por causa de gostos, preferências e predileções de ordem pessoal, quanto em razão da pré-existência de quadros majoritários de significação que circulam no contexto histórico-cultural em que os jornalistas vivem e que os serve de referência, e até mesmo por conta de limitações e demandas organizacionais das empresas em que esses profissionais trabalham. Sendo assim, os fatos apresentados pelo jornalismo comportariam sempre algum nível de interpretação dos eventos que são objeto de cobertura, e nunca as ocorrências nelas mesmas, conclusão que problematiza a objetividade como parâmetro de correção dos relatos jornalísticos.

Por último, Guerra inclui o construcionismo como abordagem para o problema da objetividade jornalística no qual se entende que o jornalista constrói e não simplesmente reproduz a realidade que relata. Nesse horizonte, os próprios fatos, as próprias ocorrências de interesse jornalístico, já são constituídos subjetivamente, de maneira que não há antes um em-si-mesmo, uma essência dos acontecimentos, e depois o relato jornalístico que imprimiria algum grau de desvio da realidade nela mesma, mas é a própria realidade que é construída, e validada apenas socialmente. Com efeito, é exatamente a ideia de que os acontecimentos possuem uma natureza e substância anterior à relação com os jornalistas que é rejeitada, por completo, nesse horizonte. Em seu lugar, pode-se afirmar que existe uma espécie de indistinção, em que sujeito e objeto se copertencem mutuamente, o que tornaria o paradigma da objetividade, conforme normalmente se define, um grande erro de princípio.

Já na classificação proposta por Sponholz (2009), a depender dos autores, a noção de objetividade jornalística pode ser compreendida desde as ideias de 1) facticidade; 2) compreensibilidade; 3) relevância; 4) neutralidade; 5) imparcialidade e pluralismo ou *fairness*; 6) objetividade como ritual estratégico; 7) posição relativista; 8) consenso; 9) posição “realista”; 10) objetividade pragmática. São essas concepções que o trabalho da autora pretende superar na

apresentação de uma visão específica da questão da objetividade: objetividade do ponto de vista epistemológico. Justamente a mesma perspectiva na qual se baseia o inventário de Guerra (2008), que subdivide esse caminho em três possibilidades.

Por um lado, a autora se afasta definitivamente da perspectiva construtivista radical – que Guerra (2008) chama de construcionismo – na medida em que aposta na possibilidade da correspondência entre o que se diz e o que, efetivamente, aconteceu. E de outro lado, Sponholz também se distancia da perspectiva do espelho (realista), em que o sujeito do conhecimento consegue se anular completamente, desempenhando apenas a função neutra e imparcial de mediação entre a realidade e os cidadãos. “Neste sentido, o resultado de um processo de conhecimento não é nem espelhamento, nem invenção ou construção [totais], mas sim uma reconstrução da realidade” (Bentele, 1993 como citado em Sponholz, 2009, p. 19). Essa reconstrução não segue o arbítrio do sujeito, mas, de uma maneira ou de outra, precisa contar, fundamentalmente, com uma operação que só pode ser levada a cabo por ele.

Sponholz (2009) reafirma a objetividade na tentativa de fugir de certos subjetivismos, ou seja, do arbítrio e de abusos do sujeito que poderiam até vir a colocar em perigo a própria determinação do que é verdade e do que não é. O rigor com o método e a verificação intersubjetiva são reivindicados pela autora como forma de realizar essa aproximação.

A investigação de Demeneck (2009), por sua vez, classifica as respostas ao problema da objetividade em três perspectivas: 1) realismo, descrito nas mesmas bases dos dois autores citados anteriormente; e 2) ceticismo, que nega a possibilidade de acesso ao conhecimento racional da realidade, o que traz consequências marcantes para a atividade jornalística. Além desses dois pares opostos, o autor identifica e caracteriza a 3) objetividade pragmática, proposta pelo autor canadense Stephen Ward. Essa perspectiva se constitui como uma “nova” forma de defesa da objetividade para o jornalismo, baseada em outros princípios filosóficos e tem o objetivo de construir fundamentos sólidos para a teorização da atividade, e de guiar com clareza a prática jornalística.

Nesse terceiro horizonte, a separação entre fatos e juízos de valor, tão cara a noção tradicional de objetividade, é caracterizada como humanamente irrealizável. Conhecer, ao contrário, passa ser um processo ativo e global. Em Ward, as opiniões dos jornalistas

não são necessariamente desvios da objetividade, não são algo a ser evitado, mas justamente uma condição para que seja possível testar as diversas interpretações possíveis para um mesmo fenômeno. A neutralidade é, dessa maneira, substituída por desinteresse, o que quer dizer que a busca pela verdade não pode e nem deve se curvar a nenhum outro tipo de interesse menor.

Ward não defende a primazia da subjetividade. O que o autor pretende é justamente a superação da polarização sujeito-objeto, na qual ou é o sujeito que determina a natureza primeira dos acontecimentos, ou é o objeto que precisa ser coletado de modo passivo, sem nenhuma interferência do jornalista que possa macular sua pureza. Nesse sentido, assim como em Sponholz (2009), para o autor canadense, a dimensão metodológica ganha fundamental importância: ser objetivo significaria “[...] o compromisso metodológico de seguir fatos para onde eles apontem, sem prejudicar uma história, representar honestamente pontos de vista” (Demeneck, 2009, p. 112).

No entendimento desta investigação, todo e qualquer posicionamento sobre o problema da objetividade precisaria responder, ao mesmo tempo, a 1) uma questão ontológica, já que implica em saber o que são os fatos, qual é a sua natureza e como se estruturam esses acontecimentos; 2) uma questão epistemológica, visto que diz respeito a certa compreensão sobre a possibilidade de acesso ao que ocorre; e 3) de um eixo metodológico, que precisa caracterizar o entendimento sobre quais seriam os métodos e procedimentos mais adequados para descrever adequadamente os fatos. Apesar de todos os méritos desses trabalhos, as classificações citadas anteriormente se concentram em apenas um ou dois desses aspectos, tomando como óbvias e evidentes, deixando subentendida alguma dessas três dimensões, que, na verdade, são concomitantes e incontornáveis para a explicação do problema da correspondência entre os relatos e a realidade.

Sponholz (2009) e Demeneck (2009), por exemplo, concentram todos os esforços nas dimensões epistemológica e metodológica. O problema da adequação da realidade social à realidade midiática é apresentado como uma questão de conhecimento. Entretanto, como proposta de classificação, os autores assumem como evidente que, ontologicamente, a realidade, sobre a qual se pretende produzir um relato adequado epistemologicamente, já se encontra pronta e acabada. A

tipificação dos autores subentende, como única possibilidade, a visão ontológica de que a realidade tem uma estrutura e sentido anteriores à relação dos jornalistas com os acontecimentos.

A classificação de Guerra (2008), por outro lado, privilegia as dimensões ontológica e epistemológica, deixando de fora a consequente e importante discussão sobre os procedimentos mais adequados para a operação de mediação entre os fatos e os cidadãos. Esta investigação entende que as visões ontológica, epistemológica e metodológica são inseparáveis e definem as escolhas teórico-práticas de modo profundamente justaposto e interligado. Além disso, avalia-se que o subjetivismo, proposto por Guerra comporta entendimentos bastante diferentes, e que mereceriam ser classificados separadamente. Como considera-se que não pode haver hierarquização ou prioridade quanto a qualquer um dos três aspectos a serem considerados na tipificação dos autores, esta investigação vai partir de uma classificação própria dos posicionamentos frente ao problema da objetividade.

Em publicação anterior (Henriques, 2019), este autor apresenta a seguinte categorização, com quatro diferentes respostas para o problema da objetividade jornalística: 1) Realismo, cujos autores mais representativos são Amaral (1996), Gauthier (2015) e Tambosi (2003). 2) Intersubjetivismo, representado pelas investigações de Demeneck (2009), Franciscato (2005), Gomes (2009), Groth (2011), Guerra (2008), Martino (2014), Meyer (1989), Nuzzi e Barros Filho (1998), e Sponholz (2009). 3) Dialética, cujas investigações mais significativas são as de Genro Filho (2012), Moretzsohn (2002, 2007) e Souza (2016). 4) Ritual estratégico, em que Tuchman (1993) se configura como a única representante. Como pretende identificar a percepção e o entendimento de objetividade jornalística de profissionais que atuam no Brasil, esta proposta de tipificação se limita aos textos em português, com alta circulação no país.

Uma tabela síntese com esta proposta de classificação, detalhada por cada dimensão, e que explica como cada resposta típica para o problema da objetividade resolve a questão da mediação entre o jornalismo e a realidade, também pode ser encontrada na mesma publicação anterior (Henriques, 2019) (Quadro 1):

Quadro 1 - Síntese das respostas para o problema da objetividade

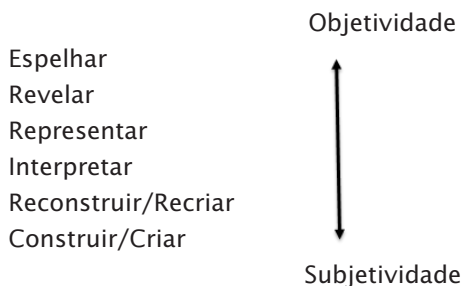
RESPOSTA/ DIMENSÃO	ONTOLÓGICA	EPISTEMOLÓGICA	METODOLÓGICA
REALISMO	A realidade é estruturada desde a cisão entre sujeito e objeto. Essas duas instâncias são autônomas e independentes, ou seja, a objetividade é em si mesma porque independe de relação. A existência e a natureza dos fatos não dependem dos sujeitos.	É possível conhecer, mas o único conhecimento verdadeiramente certo e seguro é o conhecimento da objetividade nela mesma. Sendo assim, os fatos “puros” devem ser a meta do jornalismo. Conhecer é revelar/representar fielmente a objetividade.	O método jornalístico mais correto e adequado para se alcançar a verdade objetiva é aquele que elimina toda e qualquer mácula ou interferência dos jornalistas nos fatos.
INTERSUBJETIVISMO	A realidade é estruturada desde a cisão entre sujeito e objeto. Entretanto essas duas instâncias não são autônomas e independentes, visto que a objetividade é construída intersubjetivamente. A existência dos fatos não depende dos sujeitos, mas sua natureza está ligada a ação subjetiva.	É possível conhecer, mas o único conhecimento verdadeiramente certo e seguro é o conhecimento intersubjetivo. A meta do jornalismo deve ser se aproximar o máximo possível dos fatos, independentemente de interpretações. Conhecer é representar/recriar a objetividade nela mesma.	O método jornalístico mais correto e adequado para se aproximar, o máximo possível, da verdade objetiva é aquele que minimiza qualquer mácula ou interferência dos jornalistas nos fatos.
DIALÉTICA	A realidade é estruturada desde a relação dialética sujeito-objeto. Essas duas instâncias não são autônomas e independentes, visto que a objetividade é construída subjetivamente, assim como a subjetividade é construída objetivamente. A existência e a natureza dos fatos dependem da construção dos sujeitos. Para além da interpretação subjetiva, só existe a indeterminação do fluxo objetivo.	É possível conhecer, mas isso significa revelar e, ao mesmo tempo, interpretar a realidade. Para o resultado ser verdadeiro, o jornalista deve sempre obedecer a elementos que são objetivos. Porém, até como condição necessária para a própria percepção e apreensão dos fenômenos, o jornalista também precisa construir os fatos a partir de determinados recortes no fluxo objetivo.	Apesar de ser a âncora de toda a realidade, a objetividade precisa necessariamente ser significada pelos sujeitos. O método jornalístico mais adequado é, portanto, aquele que procura dar transparência à interpretação desde a qual os fatos jornalísticos são construídos, obedecendo a parâmetros e critérios não somente do jornalismo como instituição, como também da organização jornalística responsável pelo produto.

<p>RITUAL ESTRATÉGICO</p>	<p>Dimensão não discutida.</p>	<p>Dimensão não discutida.</p>	<p>O método jornalístico é o resultado de um ritual estratégico que reivindica a objetividade e determina uma série de procedimentos que visam a salvaguardar os jornalistas das pressões profissionais e eventuais processos judiciais.</p>
-------------------------------	--------------------------------	--------------------------------	--

Fonte: Henriques (2019, pp. 2-3)¹.

Uma maneira de também condensar as ideias para representar graficamente as diferentes compreensões teórico-práticas sobre o trabalho que o jornalismo realiza, é por meio dos verbos reivindicados pelos autores. Como definem a ação que supostamente está sendo efetivada, a escolha dos verbos não é apenas uma questão de estilo ou de busca de compreensibilidade para os textos, mas revelam, justamente, a partir de quais compreensões se forja a relação entre os cidadãos e os acontecimentos (figura 1).

Figura 1 - Escala da relação jornalismo X realidade



Fonte: Henriques (2019, p. 4).

A partir dessa classificação própria, o objetivo deste trabalho foi identificar a percepção da objetividade pelos jornalistas brasileiros. Um questionário online foi organizado em torno dos três eixos: 1) ontológico; 2) epistemológico; e 3) metodológico, com duas sentenças para cada uma dessas dimensões, e as alternativas apresentavam assertivas que representavam os quatro posicionamentos teórico-práticos distintos da proposta de classificação desta pesquisa.

2. Método

2.1 Participantes

Participaram da pesquisa 234 jornalistas brasileiros: 56,4% mulheres, 41,9% homens, 0,4% transgêneros e 0,4% não binários e 0,9% preferiram não responder; com tempo de serviço que variava entre as faixas “menos de 5 anos” (24,8%), “entre 5 e 10 anos” (23,5%), “entre 11 e 20 anos” (29,1%) e “mais de 20 anos” (22,6%). Os participantes declararam trabalhar em assessoria de imprensa (45,5%), redação (44,6%) e ensino e pesquisa de jornalismo (42,7%). Em sua maioria, a assessoria de imprensa referia-se à assessoria de órgão público (45,8%) e assessoria empresarial (32,4%), mas também registrou-se a participação de jornalistas em assessoria de organização do terceiro setor (10%) e assessoria de sindicato (4,5%). Os atuantes na redação advinham majoritariamente da grande imprensa (47,1%) e da imprensa pública (24,4%), seguidos daqueles que atuam em imprensa alternativa (16,1%) e imprensa sindical (2,5%). Entre os profissionais de ensino e pesquisa, 61,6% eram vinculados a instituições públicas e 37% a instituições privadas.

A pesquisa foi respondida por jornalistas de 22 unidades da federação, e a maioria atuava no Espírito Santo (21,4%), Bahia (17,9%), São Paulo (13,2%), Distrito Federal (8,5%), Rio de Janeiro (7,3%), Rio Grande do Sul (6,4%), Ceará (3,4%) e Minas Gerais (3,4%). Os demais (Amazonas, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins), registaram frequências inferiores a 2,6% cada.

2.2 Instrumentos e procedimentos

Para coleta de dados, utilizou-se um questionário online, na plataforma Google, constituído por questões de múltipla escolha em diferentes modelos: dicotômicas, múltiplas alternativas, formato Likert de cinco pontos e uma última questão aberta, não obrigatória. A distribuição do link de acesso ao formulário foi realizada por meio de mailing pessoal de ex-alunos da graduação e pós-graduação em jornalismo, via lista de e-mails de três associações científicas da área da Comunicação: SBPJR², Compós³ e Intercom⁴, além de grupos de WhatsApp. Em todas as formas de divulgação, os jornalistas

foram convidados a encaminhar o link para outros profissionais da informação. O questionário esteve disponível para respostas entre os dias 01/05/2019 e 01/07/2019.

A amostra de 234 jornalistas brasileiros desta investigação é não probabilística, o que significa que não houve controle rigoroso na seleção dos participantes, nem chances iguais de participação, com probabilidade mensurável e maior que zero, para cada um dos integrantes da população de jornalistas brasileiros. A construção da amostra se deu por conveniência e em bola de neve, visto que dependeu do recebimento direto do convite do pesquisador ou da indicação e encaminhamento da chamada por pessoas que já haviam recebido o link.

Oliveira (2001) explica que a amostra não probabilística é eficiente e pode produzir achados interessantes. Mais do que isso, na avaliação da autora, muitas vezes, a amostra não probabilística pode até mesmo ser preferível à probabilística: 1) como nos casos em que não há intenção de se generalizar os resultados, por exemplo; 2) quando a população a ser investigada é razoavelmente homogênea; ou 3) nas ocasiões em que a escassez de tempo, recursos financeiros e recursos humanos inviabilizam a realização de outro tipo de amostragem. Em contrapartida, Oliveira (2001) reconhece as suas limitações em termos de precisão dos resultados, que “[...] podem conter vieses e incertezas que fazem com que a qualidade da informação seja inferior a da amostragem probabilística” (Oliveira, 2001, p. 15).

Uma limitação da presente pesquisa, que precisa ser identificada, é que não se tem como saber se todas as pessoas incluídas na amostra são representativas da população. Apesar disso, ressalta-se que, conforme exigido pela amostragem em bola de neve, o convite para os participantes deixou bastante claro quais eram os objetivos da investigação e o perfil de entrevistado desejado, além de se ter ressaltado com clareza esses aspectos no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, descrito no cabeçalho do Google Forms. Entretanto, foi “impossível controlar totalmente a forma como as pessoas indicar[am]ão o pesquisador aos integrantes de sua rede pessoal” (Vinuto, 2014, p. 208).

De qualquer forma, ainda que a amostragem tenha se construído de maneira incondicional, sobressai-se a distribuição quase igualitária dos participantes no que diz respeito ao gênero, e desconcentrada, em relação ao tempo de serviço e área de atuação.

Também é preciso ressaltar a ampla cobertura geográfica da amostra, com a participação de jornalistas de 81,5% das unidades da federação, ainda que a proporção de respondentes não guarde relação com a população de cada um desses estados, apresentando viés de seleção nas regiões onde houve mais contatos diretos e com mais sementes, ou seja, jornalistas que não somente foram convocados a participar como também foram incitados a distribuir o convite para outros profissionais da informação.

Os participantes responderam a frequência em que concordavam com as afirmações, distribuídas nas três dimensões sobre as quais construímos a classificação de quatro repostas para o problema da objetividade jornalística, em uma escala Likert de 5 pontos:

Quadro 2 - Escala Likert

Escala	Valor
1	discordo totalmente
2	discordo parcialmente
3	nem concordo nem discordo
4	concordo parcialmente
5	concordo totalmente

Desse modo, para medir a distribuição da compreensão ontológica, entre as quatro alternativas da proposta de classificação desta investigação, os seguintes grupamentos de asserções foram utilizados:

Quadro 3 - Dimensão ontológica

Dimensão ontológica	
Classificação	Posicionamento
Realismo	os fatos são a realidade em si mesma
Intersubjetivismo	os fatos possuem uma natureza que independe do sujeito
Dialética	os fatos são sempre resultado de uma interpretação da realidade
Ritual estratégico	a questão da objetividade não diz respeito à natureza dos fatos

Para verificar a percepção da dimensão epistemológica, agruparam-se as alternativas do seguinte modo:

Quadro 4 - Dimensão epistemológica

Dimensão epistemológica	
Classificação	Posicionamento
Realismo	conhecer corretamente é conhecer a objetividade nela mesma
Intersubjetivismo	conhecer é se aproximar da objetividade
Dialética	conhecer é revelar, mas também interpretar a realidade objetiva
Ritual estratégico	a questão da objetividade não diz respeito ao conhecimento

No que se refere ao eixo metodológico, os grupamentos foram:

Quadro 5 - Dimensão metodológica

Dimensão metodológica	
Classificação	Posicionamento
Realismo	o método adequado elimina toda interferência subjetiva
Intersubjetivismo	o método adequado minimiza toda interferência subjetiva
Dialética	o método deve respeitar a objetividade e dar transparência ao recorte subjetivo
Ritual estratégico	o método adequado é um ritual estratégico de salvaguarda dos jornalistas

Em cada um dos três eixos, a ordem de apresentação de assertivas que representam cada posicionamento foi distribuída aleatoriamente.

As análises de dados foram realizadas com auxílio do SPSS (versão 2.3) a fim de descrever a frequência e de se identificar a distribuição entre os quatro posicionamentos classificados anteriormente para o problema da objetividade jornalística. Para este fim, utilizaram-se análises descritivas de frequência, média, desvio padrão e quartis. Uma análise de frequência também foi utilizada para a última pergunta de múltipla escolha, que pedia uma definição geral do que é a objetividade jornalística. Em relação aos grupamentos de questões similares referentes às concepções ontológica, epistemológica e metodológica, obteve-se a média padronizada, com posterior comparação segundo gênero, tempo de

serviço, setor de atividade profissional e tipo de imprensa – para aqueles que atuam em redação⁵.

Diversos estudos já apontaram as potencialidades e as fragilidades do uso de questionários online em pesquisas científicas. Em extensa revisão de literatura, Evans e Mathur (2018) resumem as vantagens e desvantagens dessa ferramenta de investigação chamando à atenção, de um lado, para a conveniência, o baixo custo, a facilidade e o alcance que os formulários, via internet, podem atingir e, por outro, destacando a impessoalidade, as dificuldades de entendimento das perguntas e de controle e seleção da amostra, e até a baixa taxa de respostas, como as principais fraquezas.

No caso desta investigação, pode-se indicar que os jornalistas são uma população razoavelmente homogênea a ser investigada e que, por princípio, não tem dificuldades de acesso à internet, ao menos nos locais de trabalho, o que reforça a capilaridade e a operacionalidade da ferramenta. Também é preciso ressaltar que o uso do questionário online permitiu: a) que o tempo para a coleta das respostas de profissionais de diversas e distantes localidades do país fosse diminuto; b) a facilidade de entrada, tabulação e análise dos dados; c) a conveniência de se poder responder as perguntas em um momento definido pelo próprio participante; e d) a simplicidade operacional para se direcionar as perguntas específicas somente para cada público característico da população investigada (professores/pesquisadores, redação ou assessoria).

Como principal inconveniente do uso da ferramenta online, aponta-se para as dificuldades de controle e seleção da amostra entre as características demográficas e profissionais pertinentes ao problema de investigação. Justamente por buscar medir as percepções de um conceito difícil e abstrato, de jornalistas de todo o Brasil, outra fragilidade enfrentada foi a característica da impessoalidade, inerente ao questionário pela internet, que exigiu que a redação das questões se esforçasse para elaborar afirmativas absolutamente claras e precisas, de forma a evitar que alguma má compreensão dos participantes comprometesse os resultados, ou até mesmo motivasse a desistência de responder a enquete, o que poderia ter influenciado na taxa de respostas. Como se poderá verificar nos resultados, indica-se uma possível dificuldade de entendimento do conceito pelos jornalistas, o que também pode ser consequência da própria formulação das sentenças do questionário.

3. Resultados e discussão

3.1 Eixo ontológico

3.1.1 Realismo

No que se refere à natureza dos fatos, afirmou-se que: “Os fatos são matéria prima do jornalismo e correspondem à realidade anterior a qualquer que seja a cobertura jornalística”. Os resultados se encontram na tabela abaixo:

Tabela 1 - Resultados da primeira afirmativa com compreensão ontológica realista

Média		4,02	
Concordou parcial ou totalmente		76%	
Não concordou nem discordou		12,8%	
Discordou total ou parcialmente dessa afirmação		11,1%	
D.P.	1º Quartil	2º Quartil	3º Quartil
1,06	4	4	5

Em outra sentença do eixo ontológico, declarou-se que: “Quando entram em contato com a realidade, os jornalistas se deparam com acontecimentos cujos sentidos já estão prontos e que precisam ser descobertos”.

Tabela 2 - Resultados da segunda afirmativa com compreensão ontológica realista

Média		2,7	
Concordou parcial ou totalmente		32%	
Não concordou nem discordou		20,5%	
Discordou total ou parcialmente dessa afirmação		47,4%	
D.P.	1º Quartil	2º Quartil	3º Quartil
1,29	2	3	4

A média geral de frequência do realismo como compreensão ontológica foi de 3,35 (DP = 0,92), tendo variado de 1 a 5. Cerca de 37% dos participantes tendiam a se alinhar parcial totalmente a

este posicionamento (1º quartil = 2,5; 2º quartil = 3,5; 3º quartil = 4) e aproximadamente metade dos participantes tendiam a “isenção”, com respostas entre 2,5 e 3,5.

3.1.2 Intersubjetivismo

Neste grupo de asserções, a primeira sentença afirmou que: “Os fatos são a própria objetividade, ou seja, a realidade em si mesma, independente do contato com os jornalistas”.

Tabela 3 - Resultados da primeira afirmativa com compreensão ontológica intersubjetivistas

Média	2,8		
Concordou parcial ou totalmente	38,8%		
Não concordou nem discordou	22,6%		
Discordou total ou parcialmente dessa afirmação	53,5%		
D.P.	1º Quartil	2º Quartil	3º Quartil
1,40	1	3	4

No mesmo sentido, outra frase afirmou que: “Representar a realidade pura, anterior a qualquer interferência subjetiva do jornalista é revelar as coisas como elas realmente são”.

Tabela 4 - Resultados da segunda afirmativa com compreensão ontológica intersubjetivista

Média	2,53		
Concordou parcial ou totalmente	26,5%		
Não concordou nem discordou	20,9%		
Discordou total ou parcialmente dessa afirmação	52,6%		
D.P.	1º Quartil	2º Quartil	3º Quartil
1,34	1	2	4

A média geral de frequência do intersubjetivismo como entendimento ontológico foi de 2,66 (DP = 1,17), tendo variado de 1 a 5. Cerca de 21% dos participantes tendiam a se alinhar parcial ou totalmente a este posicionamento (1º quartil = 2,5; 2º quartil = 2,5;

3º quartil = 3,5) do pondo de vista global e aproximadamente 70% tendiam a não concordância, com frequências menores que 3.

3.1.3 Dialética

Nesse conjunto de afirmativas, as primeiras sentenças declararam que: “Não se pode afirmar a existência de fatos independentes de sujeitos. Os fatos jornalísticos, por exemplo, são o resultado de uma interpretação da realidade, operada pelo jornalismo como instituição”.

Tabela 5 - Resultados da primeira afirmativa com compreensão ontológica dialética

Média	4,19		
Concordou parcial ou totalmente	80,8%		
Não concordou nem discordou	9,8%		
Discordou total ou parcialmente dessa afirmação	9,4%		
D.P.	1º Quartil	2º Quartil	3º Quartil
1,08	4	5	5

A segunda sentença afirmou que: “Em vez de uma essência que se esconde por trás dos acontecimentos, o que chamamos de realidade sempre depende da perspectiva que se adota para determinar o mundo”. Os resultados foram semelhantes ao da afirmativa imediatamente anterior.

Tabela 6 - Resultados da segunda afirmativa com compreensão ontológica dialética

Média	4,18		
Concordou parcial ou totalmente	83%		
Não concordou nem discordou	9,4%		
Discordou total ou parcialmente dessa afirmação	7,7%		
D.P.	1º Quartil	2º Quartil	3º Quartil
0,99	4	4	5

A média geral de frequência do entendimento ontológico dialético foi de 4,18 (DP = 0,89), tendo variado de 1 a 5. Cerca de 76% dos participantes relataram frequências maiores que 4 e se alinharam a este posicionamento (1º quartil = 4, 2º quartil = 4,5, 3º quartil = 5).

3.1.4 Ritual estratégico

Nesse grupo de assertivas, a primeira oração afirmou que: “Os jornalistas estão preocupados em apresentar fatos, que pareçam objetivos, como forma de se livrar de eventuais processos judiciais”.

Tabela 7 - Resultados da primeira afirmativa com compreensão ontológica do ritual estratégico

Média	2,5		
Concordou parcial ou totalmente	23,1%		
Não concordou nem discordou	26,9%		
Discordou total ou parcialmente dessa afirmação	50%		
D.P.	1º Quartil	2º Quartil	3º Quartil
1,22	1	2,5	3

No mesmo grupo de sentenças, declarou-se que: “A realidade no jornalismo é o resultado de um método que procura não envolver os jornalistas no processo de construção das notícias”.

Tabela 8 - Resultados da segunda afirmativa com compreensão ontológica do ritual estratégico

Média	2,61		
Concordou parcial ou totalmente	33,3%		
Não concordou nem discordou	15,8%		
Discordou total ou parcialmente dessa afirmação	50,9%		
D.P.	1º Quartil	2º Quartil	3º Quartil
1,36	1	2	4

A média geral de frequência do ritual estratégico neste eixo foi de 2,55 (DP = 0,98), tendo variado de 1 a 5. Cerca de 87%

dos participantes relataram frequências menores que 3,5, não se alinhando a este posicionamento (1º quartil = 2, 2º quartil = 2,5, 3º quartil = 3,5).

Como resultado dessa dimensão, pode-se concluir que os jornalistas da amostra deste levantamento não possuem muita clareza a respeito da natureza dos acontecimentos. Ao mesmo tempo em que concordam bastante que os fatos precisam ser interpretados pelos sujeitos, desde uma perspectiva de seleção e recorte do fluxo objetivo, chegaram a aderir fortemente também a uma sentença que continha a ideia de que os fatos correspondem à realidade anterior a cobertura jornalística. Nesse sentido, parecem não ver contradição no fato de defender uma anterioridade essencial dos acontecimentos, mas também uma postura ativa do jornalista, que atua na busca da determinação dos sentidos pré-existentes das ocorrências.

3.2 Eixo epistemológico

3.2.1 Realismo

No que diz respeito à possibilidade de conhecer a realidade, a primeira sentença realista declarou que: “O jornalismo produz conhecimento correto apenas quando alcança a objetividade. Para isso, é preciso eliminar as interferências subjetivas em todo o procedimento jornalístico”.

Tabela 9 - Resultados da primeira afirmativa com compreensão epistemológica realista

Média	2,39		
Concordou parcial ou totalmente	24,3%		
Não concordou nem discordou	17,1%		
Discordou total ou parcialmente dessa afirmação	58,6%		
D.P.	1º Quartil	2º Quartil	3º Quartil
1,32	1	2	3

Em outra sentença realista, do eixo epistemológico, afirmou que: “O jornalismo encontra a verdade quando apresenta os fatos em si, sem nenhuma interferência subjetiva, sendo a verdade alcançada quando o jornalismo consegue revelar a realidade objetiva”.

Tabela 10 - Resultados da segunda afirmativa com compreensão epistemológica realista

Média		2,61	
Concordou parcial ou totalmente		34,2%	
Não concordou nem discordou		14,5%	
Discordou total ou parcialmente dessa afirmação		51,3%	
D.P.	1º Quartil	2º Quartil	3º Quartil
1,38	1	2	4

A média geral de frequência do realismo nesta dimensão de foi de 2,5 (DP = 1,21), tendo variado de 1 a 5. Cerca de 72% dos participantes relataram frequências menores que 3, não se alinhando a este posicionamento (1º quartil = 1,5; 2º quartil = 2,5; 3º quartil = 3,5).

3.2.2 Intersubjetivismo

Nesse grupo de afirmativas, a primeira frase declarou que: “É preciso minimizar as interferências subjetivas no processo de produção jornalística para se chegar o mais próximo possível da objetividade, única fonte de conhecimento certo e seguro”.

Tabela 11 - Resultados da primeira afirmativa com compreensão epistemológica intersubjetivista

Média		3,02	
Concordou parcial ou totalmente		42,3%	
Não concordou nem discordou		18,4%	
Discordou total ou parcialmente dessa afirmação		39,3%	
D.P.	1º Quartil	2º Quartil	3º Quartil
1,35	2	3	4

Em outra assertiva, afirmou-se que: “Como não é possível acessar os fatos puros, a verdade no jornalismo é a busca incansável por uma aproximação da realidade objetiva. Quanto mais vezes concordarem com uma leitura de mundo, maior a chance de o jornalismo estar perto da verdade”.

Tabela 12 - Resultados da segunda afirmativa com compreensão epistemológica intersubjetivista

Média		3,61	
Concordou parcial ou totalmente		62,8%	
Não concordou nem discordou		37,2%	
Discordou total ou parcialmente dessa afirmação		20,5%	
D.P.	1º Quartil	2º Quartil	3º Quartil
1,25	3	5	5

A média geral de frequência do intersubjetivismo no eixo epistemológico foi de 3,32 (DP = 0,99), tendo variado de 1 a 5. Cerca de 73% dos participantes relataram frequências maiores que 3, sendo 38% se alinharam mais fortemente a este posicionamento (1º quartil = 1,5; 2º quartil = 2,5; 3º quartil = 3,5).

3.2.3 Dialética

A primeira sentença desse grupo declarou que: “Conhecer é interpretar. O jornalismo conhece adequadamente a realidade quando realiza uma interpretação dos acontecimentos de acordo com seus princípios e procedimentos”.

Tabela 13 - Resultados da primeira afirmativa com compreensão epistemológica dialética

Média		3,6	
Concordou parcial ou totalmente		63,3%	
Não concordou nem discordou		18,4%	
Discordou total ou parcialmente dessa afirmação		18,3%	
D.P.	1º Quartil	2º Quartil	3º Quartil
1,23	3	4	5

Na mesma linha, declarou-se que: “A verdade no jornalismo é fruto da relação que se estabelece entre jornalistas e as ocorrências. Como essa relação é determinada histórico e socialmente, essa verdade é sempre parcial”.

Tabela 14 - Resultados da segunda afirmativa com compreensão epistemológica dialética

Média		4,05	
Concordou parcial ou totalmente		81,9%	
Não concordou nem discordou		14,1%	
Discordou total ou parcialmente dessa afirmação		8,5%	
D.P.	1º Quartil	2º Quartil	3º Quartil
1,06	4	4	5

A média geral de frequência da dialética nesta dimensão foi de 3,83 (DP = 0,84), tendo variado de 1 a 5. Cerca de 89% dos participantes relataram frequências maiores que 3, sendo que 58% se alinharam mais fortemente a este posicionamento (1º quartil = 3; 2º quartil = 4; 3º quartil = 4,5).

3.2.4 Ritual estratégico

Nas afirmativas com este entendimento, a primeira definiu que: “O conhecimento produzido pelo jornalismo é o resultado da aplicação de uma metodologia que pretende livrar os jornalistas de possíveis responsabilizações por aquilo que publicam”.

Tabela 15 - Resultados da primeira afirmativa com compreensão epistemológica do ritual estratégico

Média		2,49	
Concordou parcial ou totalmente		26%	
Não concordou nem discordou		19,2%	
Discordou total ou parcialmente dessa afirmação		54,8%	
D.P.	1º Quartil	2º Quartil	3º Quartil
1,23	1	2	4

Ainda nesse horizonte, declarou-se que: “Técnicas e procedimentos jornalísticos existem para dar a impressão de verdade aos relatos e livrar os jornalistas de possíveis implicações”.

Tabela 16 - Resultados da segunda afirmativa com compreensão epistemológica do ritual estratégico

Média		2,79	
Concordou parcial ou totalmente		37,7%	
Não concordou nem discordou		17,5%	
Discordou total ou parcialmente dessa afirmação		44,9%	
D.P.	1º Quartil	2º Quartil	3º Quartil
1,34	2	3	4

A média geral de frequência do ritual estratégico neste eixo foi de 2,64 (DP = 1,11), tendo variado de 1 a 5. Cerca de 55% dos participantes relataram frequências entre 2 e 3,5, não se alinhando a este posicionamento (1º quartil = 1,87; 2º quartil = 2,5; 3º quartil = 3,5).

A partir dos resultados, pode-se concluir que os jornalistas da amostra concordam que conhecer é interpretar a realidade. Desse modo, a notícia dependeria sempre do contexto em que é realizada, produzindo uma verdade parcial sobre os acontecimentos. Outro entendimento de forte adesão foi o de que a verificação intersubjetiva pode ajudar na busca por uma aproximação da objetividade. Entretanto, mais uma vez, é preciso destacar um aspecto de caráter conceitual na correlação de dois entendimentos. Ao mesmo tempo em que reconhece fortemente que o acesso à realidade é sempre via interpretação, os participantes de nosso questionário online parecem concordar que é preciso haver algum tipo de limite à interpretação subjetiva, apontando justamente a contraposição entre os sujeitos, como saída possível. A subjetividade, nesse sentido, aparece, ao mesmo tempo, como um perigo e uma solução para o problema do acesso à realidade, via interpretação, que, por sua vez, não pode ser qualquer uma, mas aquela capaz de efetivamente se aproximar da objetividade.

3.3 Eixo metodológico

3.3.1 Realismo

No que se refere ao método mais adequado para se reportar os fatos, afirmou-se: “Para revelar corretamente a realidade, o jornalismo adota um procedimento para afastar toda a subjetividade

do jornalista no relato. A proibição do uso de adjetivos e outros termos avaliativos é uma dessas metodologias”.

Tabela 17 - Resultados da primeira afirmativa com compreensão metodológica realista

Média	2,49		
Concordou parcial ou totalmente	56,9%		
Não concordou nem discordou	23,1%		
Discordou total ou parcialmente dessa afirmação	20,1%		
D.P.	1º Quartil	2º Quartil	3º Quartil
1,23	1	2	4

Sobre o mesmo tema, a segunda sentença afirmou: “Para cumprir com a missão de ser os olhos da sociedade, o método jornalístico deve garantir a neutralidade e imparcialidade do repórter, como forma de produzir um relato fiel à realidade”.

Tabela 18 - Resultados da segunda afirmativa com compreensão metodológica realista

Média	3,17		
Concordou parcial ou totalmente	47,4%		
Não concordou nem discordou	18,8%		
Discordou total ou parcialmente dessa afirmação	33,8%		
D.P.	1º Quartil	2º Quartil	3º Quartil
1,41	2	3	4

A média geral do realismo na dimensão metodológica foi de 3,37 (DP = 1,11), tendo variado de 1 a 5. Cerca de 55% dos participantes relataram frequências maiores que 3,5, se alinhando a este posicionamento (1º quartil = 2,5; 2º quartil = 3,5; 3º quartil = 4,5), sendo que aproximadamente 42% se alinharam mais fortemente a ele, com frequências maiores que 4.

3.3.2 Intersubjetivismo

Ainda quanto ao método adequado, declarou-se: “Não é possível evitar que alguma opinião sempre apareça nos relatos jornalísticos, mesmo que de modo implícito. Ainda assim, uma estratégia adequada consegue minimizar essas interferências, como, por exemplo, ouvir diversas versões diferentes sobre um mesmo fato”.

Tabela 19 - Resultados da primeira afirmativa com compreensão metodológica intersubjetivista

Média	4,29		
Concordou parcial ou totalmente	86,3%		
Não concordou nem discordou	8,5%		
Discordou total ou parcialmente dessa afirmação	5,1%		
D.P.	1º Quartil	2º Quartil	3º Quartil
0,93	5	5	5

No mesmo sentido, de minimização da interferência subjetiva, afirmou-se que: “O jornalismo tem como tarefa transmitir o que realmente aconteceu, mas a objetividade nunca é plenamente alcançada. O jornalista deve, então, reunir e confrontar variadas visões sobre os acontecimentos, como forma de se aproximar da realidade dos fatos”.

Tabela 20 - Resultados da segunda afirmativa com compreensão metodológica intersubjetivista

Média	4,5		
Concordou parcial ou totalmente	92,3%		
Não concordou nem discordou	5,6%		
Discordou total ou parcialmente dessa afirmação	2,1%		
D.P.	1º Quartil	2º Quartil	3º Quartil
0,73	4	5	5

A média geral do intersubjetivismo neste eixo foi de 4,42 (DP = 0,7), tendo variado de 1 a 5. Cerca de 85% dos participantes relataram frequências maiores que 4, se alinhando fortemente a este posicionamento (1º quartil = 4; 2º quartil = 4,5; 3º quartil = 5).

3.3.3 Dialética

Neste conjunto de assertivas, a primeira sentença determinou que: “Em vez de procurar se esconder no relato, o jornalista deve sempre deixar claro qual é a perspectiva a partir da qual está interpretando os acontecimentos”.

Tabela 21 - Resultados da primeira afirmativa com compreensão metodológica dialética

Média		3,72	
Concordou parcial ou totalmente		62,9%	
Não concordou nem discordou		19,2%	
Discordou total ou parcialmente dessa afirmação		17,9%	
D.P.	1º Quartil	2º Quartil	3º Quartil
1,22	3	4	5

No mesmo sentido, a segunda sentença declarou que: “Os jornalistas deveriam ser transparentes quanto às condições, motivações e interesses que os levam a interpretar os acontecimentos da forma como eles são retratados. São esses fatores que fundam e que guiam o relato jornalístico”.

Tabela 22 - Resultados da segunda afirmativa com compreensão metodológica dialética

Média		4,23	
Concordou parcial ou totalmente		74,4%	
Não concordou nem discordou		20,5%	
Discordou total ou parcialmente dessa afirmação		5,1%	
D.P.	1º Quartil	2º Quartil	3º Quartil
0,92	4	4,5	5

A média geral da dialética nesta dimensão foi de 3,97 (DP = 0,9), tendo variado de 1 a 5. Cerca de 65% dos participantes relataram frequências maiores que 4, se alinhando fortemente a este posicionamento (1º quartil = 3,5; 2º quartil = 4; 3º quartil = 5).

3.3.4 Ritual estratégico

Sobre o método enquanto ritual de salvaguarda aos jornalistas, uma das sentenças afirmou que: “O método jornalístico é uma forma de resguardar os jornalistas de eventuais problemas com as fontes de informação ou mesmo com a justiça. É por isso que os profissionais usam de estratégias textuais para apagar vestígios de eventuais opiniões ou posicionamentos”.

Tabela 23 - Resultados da primeira afirmativa com compreensão metodológica do ritual estratégico

Média		3,12	
Concordou parcial ou totalmente		45,7%	
Não concordou nem discordou		21,4%	
Discordou total ou parcialmente dessa afirmação		32,9%	
D.P.	1º Quartil	2º Quartil	3º Quartil
1,29	2	3	4

No mesmo sentido, declarou-se que: “O jornalismo deve usar seu método de escrita e representação da realidade para resguardar os direitos e a segurança dos profissionais que se empenham em tornar públicos os acontecimentos de interesse geral”.

Tabela 24 - Resultados da segunda afirmativa com compreensão metodológica do ritual estratégico

Média		3,83	
Concordou parcial ou totalmente		65,8%	
Não concordou nem discordou		23,9%	
Discordou total ou parcialmente dessa afirmação		10,3%	
D.P.	1º Quartil	2º Quartil	3º Quartil
1,03	3	4	5

A média geral do ritual estratégico neste eixo foi de 3,47 (DP = 0,93), tendo variado de 1 a 5. Cerca de 78% dos participantes relataram frequências maiores que 3, se alinhando parcialmente a este posicionamento (1º quartil = 3; 2º quartil = 3,5; 3º quartil = 4), sendo

que aproximadamente 41% dos participantes tiveram frequências maiores que 4, se alinhando fortemente a este posicionamento.

Como resultado deste eixo, pode-se indicar um elevado alinhamento em assertivas que expressam compreensões diferentes sobre os métodos e procedimentos mais adequados para a correta correlação entre fatos e notícias. Até mesmo uma das sentenças relativas ao ritual estratégico, entendimento que registrou baixa adesão nos demais eixos, alcançou razoável nível de concordância na dimensão metodológica. Na avaliação desta pesquisa, esse resultado indica que os jornalistas da amostra não vinculam os diferentes procedimentos jornalísticos às suas origens ontológicas e epistemológicas, entendendo o problema do método de forma autônoma e independente e indicando que procedimentos resultantes de fundamentos distintos podem, na verdade, ser complementares.

Uma forma de se fazer a leitura desses resultados, é que talvez os jornalistas sejam dialéticos e intersubjetivistas em teoria, mas tornam-se realistas ou ritualistas estratégicos diante das necessidades práticas da profissão. Ou ainda que o recorte e interpretação dos acontecimentos, centrais no entendimento dialético, não é um trabalho realizado sem nenhum critério, nem fica a serviço do arbítrio do sujeito. A adesão difusa a método de origens distintas também pode significar que o conflito de versões do intersubjetivismo opera em função não de qualquer verdade, mas, justamente, da verdade como correspondência.

É nesse sentido que se pode interpretar a concordância parcial ou total das afirmações de que “o jornalismo adota um procedimento para afastar toda a subjetividade do jornalista no relato, sendo a proibição do uso de adjetivos e outros termos avaliativos uma dessas metodologias”. Como oposta à objetividade, a subjetividade, para muitos, serve apenas para atrapalhar e precisa ser eliminada. Cabe salientar, por outro lado, que, apesar da elevada porcentagem de concordância, a média de frequência destas frases não foi muito alta ($M = 2,49$), o que significa que muitos jornalistas discordaram completamente da assertiva, forçando o valor para baixo.

Por último, é imprescindível destacar, no eixo metodológico, que a amostra concordou de maneira mais forte e contundente com as ideias de 1) reunir e confrontar variadas visões sobre os acontecimentos (pluralismo), muito cara ao entendimento intersubjetivo, e 2) com a necessidade de que o jornalista deve sempre deixar claro qual é a perspectiva a partir da qual está interpretando os acontecimentos, procedimento ligado à ideia de recorte dialético da realidade.

3.4. Questão de múltipla escolha A busca pela objetividade jornalística é...

A grande maioria dos jornalistas assinalou que a busca pela objetividade jornalística é “Uma meta, mesmo que reconhecidamente inalcançável: representar o que ocorreu do modo mais próximo possível da realidade” (67,9%). Os demais se dividiram entre “Um equívoco: como os fatos são sempre o resultado de uma maneira própria de o jornalismo perceber e produzir a realidade, a objetividade não é um bom parâmetro para a atividade jornalística” (11,1%); “Uma obrigação: revelar o que aconteceu exatamente na forma que ocorreu” (9,8%); “Um ritual estratégico: uma forma de apresentação das notícias que visa à proteção dos jornalistas” (6,8%); e Outros (4,3%).

Desse modo, apesar de concordar com diversas sentenças contrárias a ideia de objetividade como uma questão de intersubjetividade, quando confrontado com uma pergunta na qual a amostra precisou se posicionar em apenas um entendimento, os jornalistas aderiram em grande maioria à compreensão de objetividade por aproximação, como meta que, apesar de inalcançável, deve seguir como parâmetro da atividade de produção de informação.

3.5 Adesão a cada posicionamento, de acordo com variáveis relativas aos profissionais e às áreas de atuação

Com o objetivo de verificar se a percepção do problema da objetividade varia em função de algumas características específicas dos profissionais da informação, comparou-se as frequências médias de cada um dos quatro posicionamentos da proposta de classificação, com as variáveis de gênero, tempo de vida profissional, área de atuação, e tipo de imprensa, cujas categorias já foram expostas no item 2.1 deste artigo. Não houve diferença significativa na média de frequência em nenhuma dessas especificidades.

Destaca-se apenas pequenas diferenças nas médias que podem apontar que: 1) Quem trabalha com ensino e pesquisa concorda menos com as sentenças realistas ($M = 2,92$; $DP = 0,89$), na comparação com quem atua em redação ($M = 3,14$; $DP = 0,84$), com diferença maior ainda daqueles que exercem trabalho de assessoria ($M = 3,24$; $DP = 0,86$). Ainda assim, é importante ressaltar que, pelo resultado da

média, não é possível afirmar que algum desses grupos se alinhe ao posicionamento realista. Apesar de bastante pequena, essa diferença entre ensino e pesquisa na comparação com profissionais da prática jornalística, pode indicar que a visão mais clássica de objetividade, representada pelo realismo perde força entre aqueles com maior convívio com a leitura da bibliografia crítica e específica da área, o que se presume ser o caso dos professores e investigadores.

Tabela 25 - Diferença na adesão ao realismo de acordo com área de atuação do jornalista

Área de atuação do jornalista	Média
ensino e pesquisa	2,92
redação	3,14
assessoria	3,24

2) Aqueles que trabalham em imprensa alternativa se alinham mais com a dialética ($M = 4,14$; $DP = 0,54$) do que os jornalistas que declararam trabalhar na grande imprensa ($M = 3,85$; $DP = 0,63$), ainda que as médias apontem para uma adesão muito moderada a este posicionamento nos dois grupos distintos. Ainda que estatisticamente reduzida, essa diferença parece apontar para um maior desalinhamento do entendimento dicotômico do problema da objetividade, representado pelo esforço de se excluir ou de se minimizar toda a subjetividade do produto jornalístico (realismo e intersubjetivismo), entre os profissionais que declaram trabalhar em veículos, que esses mesmos jornalistas classificaram como alternativos, ou seja, que supostamente representariam valores mais heterodoxos da prática jornalística. A dialética justamente se afasta da noção clássica de objetividade quando defende a ideia de que a subjetividade é uma instância complementar, inseparável e até mesmo desejável no processo de conhecimento.

Tabela 26 - Diferença na adesão à dialética de acordo com a redação jornalística

Redação jornalística	Média
imprensa alternativa	4,14
grande imprensa	3,85

3) Os profissionais da grande imprensa concordaram menos com o ritual estratégico ($M = 2,89$; $DP = 0,69$) do que aqueles que atuam na imprensa alternativa ($M = 3,37$; $DP = 0,61$), ainda que a média desses últimos não chegou a indicar uma adesão a este posicionamento. Na comparação com os profissionais da grande imprensa, uma possibilidade é que os jornalistas da imprensa alternativa tenham concordado mais com as sentenças que afirmavam o entendimento do ritual estratégico, com o objetivo de criticar a prática tradicional representada pelos veículos mainstream.

Tabela 27 - Diferença na adesão ao ritual estratégico de acordo com a redação jornalística

Redação jornalística	Média
imprensa alternativa	3,37
grande imprensa	2,89

4 Considerações finais

Como valor central da atividade, esta investigação defende a ideia de que o problema da objetividade jornalística precisa ser tratado como uma questão de revelação, correspondência, adequação, representação possível ou ainda reconstrução/interpretação apropriada de acontecimentos de interesse público. Por esse caminho, desloca-se o problema de sua superficialidade para o que realmente é decisivo: a mediação qualificada entre a realidade e os cidadãos.

É verdade que essa perspectiva apresenta novas questões sobre a natureza do real (dimensão ontológica); a respeito da possibilidade de acessá-lo (dimensão epistemológica); ou ainda com relação ao melhor meio para a sua determinação (dimensão metodológica). Tanto é assim que se pode esperar que o jornalismo realize ações bem distintas, como vimos anteriormente, a depender do entendimento que se adote. Revelar é um verbo que indica uma atividade bem diferente de interpretar a realidade, para ficar em apenas dois exemplos.

Este trabalho buscou, justamente, esclarecer que o entendimento da objetividade jornalística como questão de mediação qualificada é o único horizonte possível para que se possa esclarecer minimamente o que se pretende ser quando se quer ser

jornalisticamente objetivo, e, como consequência, para se superar as limitações de coberturas nas quais as estratégias discursivas de apresentação dos acontecimentos parecem importar mais do que a própria natureza dos eventos. É que o jornalismo não é apenas um discurso, não é, e nem pode ser, em última instância, uma questão de texto ou de retórica. Também não dá para reduzir o problema da objetividade a uma questão de método, esquecendo-se de esclarecer as duas outras dimensões, que muitas vezes são pressupostas como “transparentes” e “já resolvidas”: desde qual entendimento da natureza dos fenômenos e de sua possibilidade de apreensão se está produzindo informações?

Essa perspectiva também abre caminho para o necessário e incontornável reconhecimento de que, assim como outras formas de conhecimento, o jornalismo é um modo particular de percepção, interpretação, organização e apresentação da realidade. Com efeito, os fatos nunca “falam por si só” e a operação de “tradução do que acontece” nunca é, e nem poderia ser, realizada automaticamente. Toda a suposta neutralidade ou passividade do jornalista, em nome da alegada “objetividade”, resulta, na verdade, em oportunidade para relatos acrílicos e até mesmo, em última instância, para a desinformação.

Conforme já se indicou, esta investigação não partiu do pressuposto de que os jornalistas são teóricos com filiações nítidas a escolas e paradigmas filosóficos ou Teorias do Jornalismo, de modo que não se esperava encontrar plena distinção conceitual sobre o problema da objetividade jornalística. Entretanto, chama à atenção um razoável nível de incoerência conceitual nos achados. Reforça-se que essa incongruência pode ter sido fruto das próprias limitações de um questionário online, no qual o bom entendimento de questões filosóficas e abstratas era condição para a avaliação das sentenças pelos respondentes.

A própria construção do questionário, baseado nos três eixos, também resultou em certo grau de contradição, na medida em que a fundamentação da investigação sustentava a indissociabilidade das dimensões: ontológica, epistemológica e metodológica. A separação, que visava a um recurso didático de sistematização e discernimento de três aspectos, na verdade, pode ter produzido alguma confusão conceitual, prejudicando o entendimento de que os três eixos são absolutamente interligados e interdependentes e se realizam no mesmo ato de produção de conhecimento. Mas, por outro lado, seria menos produtivo ainda perguntar diretamente aos jornalistas

se eles são realistas, intersubjetivistas, dialéticos ou adeptos do ritual estratégico, sem que fosse efetivada alguma transposição para sentenças, que expressam como cada um dos paradigmas da classificação, proposta por este autor, respondem ao problema da natureza da realidade e do seu acesso.

Ainda que se reconheçam essas insuficiências, pode-se afirmar, com segurança, que os resultados deste estudo ajudam a caracterizar a percepção dos jornalistas sobre a questão. Em síntese final, aponta-se que os jornalistas da amostra defendem a ideia de que os fatos possuem uma natureza e determinação que não depende do sujeito. Nesse sentido, o profissional da informação teria por dever se aproximar o máximo possível dessa realidade em si mesma, por meio de uma postura ativa que interpreta e busca a descoberta dos sentidos pré-existentes dos acontecimentos, mesmo que se reconheça que eles são uma meta inalcançável. O método mais adequado para alcançar essa objetividade é aquele que minimiza a interferência arbitrária do sujeito e que dá espaço e oportunidade a diferentes vozes sobre um mesmo tema, ao mesmo tempo em que sempre deixa claro qual é a perspectiva a partir da qual se está interpretando os acontecimentos.

Importante notar que esses resultados corroboram, em grande medida, com os achados de Martine e De Maeyer (2018), que criticam fortemente a ideia de que os objetos possuem uma determinação pronta e acabada “em si mesmos” e que, portanto, na base de todos os acontecimentos, haveria uma cisão daquilo que ocorre e os sujeitos, cujo dever seria justamente encontrar essa natureza primeira da realidade. Os autores chamam esse entendimento de objetividade de empirismo ingênuo e destacam que a maioria dos jornalistas e acadêmicos da área desconfia dos excessos absolutistas dessa visão racionalista-positivista, que, na classificação adotada por este trabalho, é representada pelo realismo.

Para Martine e De Maeyer (2018), “a maioria das concepções de objetividade jornalística compartilham uma perspectiva relativista-construtivista geral, oposta à visão racionalista-positivista” (p. 5). O problema apontado pelos autores é justamente a dificuldade, mesmo entre aqueles que recusam o positivismo, em operar, na prática, fora da premissa central que define a objetividade como aquilo que reside e é determinado unicamente fora do sujeito. Trata-se, dessa maneira, de uma questão, conforme já explicitado neste artigo, que só pode ser bem compreendida desde sua natureza ontológica e epistemológica

e que não pode negligenciar a boa fundamentação conceitual dos acontecimentos. Quando se toma como óbvio o pressuposto de que o solo da realidade é a separação sujeito e objeto, e que conhecer é reunir essas duas instâncias, cujas essências são separadas, “[...] o salto acima do abismo fundamental que separa o sujeito e o objeto é impossível, eles [os jornalistas] só podem descartar inteiramente todo o conceito de objetividade, reformulá-lo como outra coisa [...] ou aceitar ver o valor central do jornalismo como um horizonte inatingível – e, portanto, incrivelmente frustrante” (Martine & De Maeyer, 2018, p. 5).

Mas, então, por que a ideia de objetividade jornalística persiste por tanto tempo, apesar do reconhecimento de suas limitações? Para Massaquoi (2016), o motivo mais importante é que “nada melhor a substituiu e muitos dos jornalistas, que estão brilhando na profissão, acreditam nela, pelo menos como uma meta necessária” (p. 23). Mais uma investigação que aponta para os mesmos achados deste trabalho: desde o entendimento de que os sentidos dos fatos não dependem dos profissionais da informação, a tarefa do jornalismo é justamente procurar, ao menos, se aproximar da objetividade, por meio de métodos que reduzem possíveis distorções subjetivas.

Como últimas observações, registram-se outras limitações desta investigação e que devem ser abordadas em estudos futuros. Por se tratar de pesquisa descritivo-exploratória, cujas análises principais foram de frequência, não se pôde inferir relações causais entre as variáveis. No mesmo sentido, por se tratar de amostra representativa e não probabilística, não se pôde realizar generalizações. Por fim, entende-se que a interpretação e a coerência dos participantes influenciaram parcialmente nas respostas das escalas sobre os posicionamentos classificados por esta investigação, o que torna importante a adoção de escalas mais fortes, a partir das insuficiências identificadas neste trabalho. Sugere-se o desenvolvimento de outras pesquisas a fim de abordar como as variáveis estão relacionadas, utilizando-se de métodos estatísticos mais avançados.

NOTAS

- 1 Para mais detalhes desta proposta de classificação, ver Henriques (2019).

- 2 Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), fundada em 2003, e que conta, atualmente, com mais de 700 pesquisadores associados.
- 3 Associação Nacional (Brasil) dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós), criada em 1991 e que reúne, atualmente, 53 Programas de Pós-Graduação na área de Comunicação, das cinco regiões geográficas brasileiras.
- 4 Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), fundada em 1977, e que registra, atualmente, cerca de 1.200 investigadores associados.
- 5 O tratamento e a sistematização dos dados, por meio do SPSS, foram realizados com o auxílio da doutora em Psicologia pela UFES Catarina Gordiano Paes Henriques.

REFERÊNCIAS

Amaral, L. (1996). *A objetividade jornalística*. Porto Alegre: Sagra-DC Luzzatto Editores.

Bentele, G. (1993). Wie wirklich ist die Medienwirklichkeit?: Einige Anmerkungen zum Konstruktivismus und Realismus in der Kommunikationswissenschaft. In Bentele, G. & Rühl, M. (Hg.). *Theorien öffentlicher Kommunikation: Problemfelder, Positionen, Perspektiven* Broschiert. MÜNCHEN: Ölschläger.

Carlson, M. (2018). Automating Judgment? Algorithmic Judgment, News Knowledge, and Journalistic Professionalism. *New media & society*, 20(5), 1755–1772. DOI: 10.1177/1461444817706684

Carlson, M. (2019). News Algorithms, Photojournalism and the Assumption of Mechanical Objectivity in Journalism. *Digital Journalism*, 7(8), 1117–1133. DOI: 10.1080/21670811.2019.1601577

Demeneck, B. (2009). *Objetividade jornalística: o debate contemporâneo do conceito* [dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório institucional UFSC.

Evans, J.R. & Mathur, A. (2018). The Value of Online Surveys: A Look Back and a Look Ahead, *Internet Research*, 28(4), 854–887. DOI 10.1108/IntR-03-2018-0089

Franciscato, C. E. (2005). *A fabricação do presente: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais*. São Cristóvão, Editora da UFS; Aracaju, Fundação Oviêdo Teixeira.

Frey, E. (2017). Objectivity – An Ideal or a Misunderstanding? In E. Frey, M. Rhaman & H. El Bour (Orgs.), *Negotiating Journalism. Core Values and Cultural Diversities* (pp. 41–53). Göteborg: Nordicom. Recuperado de www.diva-portal.org/smash/get/diva2:1535783/FULLTEXT01.pdf

Gauthier, G. (2015). A verdade: visada obrigatória ao jornalismo. *Estudos em jornalismo e mídia*, 12(2), 204–215. DOI: 10.5007/1984-6924.2015v12n2p204

Genro Filho, A. (2012). *O segredo da pirâmide. Para uma teoria marxista do jornalismo*. Florianópolis: Insular.

Gomes, W. (2009). *Jornalismo, fatos e interesses: ensaios de teoria do jornalismo*. Florianópolis: Insular.

Groth, O. (2011). *O poder cultural desconhecido: fundamentos da ciência dos jornais*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Guerra, J. (2008). *O percurso interpretativo na produção da notícia. Verdade e relevância como parâmetros de qualidade jornalística*. São Cristóvão: Editora da UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira.

Hackett, R. (1999). Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objetividade nos estudos dos media noticiosos. In N. Traquina (Org.), *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”* (pp. 101–130). Lisboa: Vega.

Hanitzsch, T. (2007). Deconstructing Journalism Culture: Toward a Universal Theory. *Communication Theory*, 17(4), 367–385. DOI 10.1111/j.1468-2885.2007.00303.x

Henriques, R. P. (2019). O conceito de objetividade segundo os jornalistas de Vitória-ES. *Anais do 17º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo*. SBPjor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo. Recuperado de <http://sbpjor.org.br/congresso/index.php/sbpjor/sbpjor2019/paper/view/2042>

Mabrook, R. (2021). Between Journalist Authorship and User Agency: Exploring the Concept of Objectivity in VR Journalism. *Journalism Studies*, 22(2), 209–224. DOI: 10.1080/1461670X.2020.1813619

Massaquoi, I. (2016). Ditch Objectivity and Save Journalism. In R. M’Bayo (Org.), *State of the Media Report* (pp. 19–26). Fourah Bay College, University of Sierra Leone. Recuperado de www.mrcgonline.org/media/attachments/2018/12/08/state-of-the-media-2016.pdf#page=19

McNair, B. (2017). After Objectivity? Schudson’s Sociology of Journalism in the Era of Post-Factuality. *Journalism Studies*, 18(10), 1318–1333. DOI: 10.1080/1461670X.2017.1347893

Martine, T., & De Maeyer, J. (2018). Networks of Reference: Rethinking Objectivity Theory in Journalism. *Communication Theory*, 29(1), 1–23. DOI: 10.1093/ct/qty020

Martino, L. M. S. (2014). De volta à prancheta: a pesquisa sobre objetividade da informação em três estudos contemporâneos de jornalismo. *Conexão-Comunicação e Cultura*, 13(25), 145–160. Recuperado de www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/view/2360

Meyer, P. (1989). *A ética no jornalismo. Um guia para estudantes, profissionais e leitores*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Miguel, L. F., & Biroli, F. (2010). A produção da imparcialidade: a construção do discurso universal a partir da perspectiva jornalística. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 25(73), 59–76. DOI: 10.1590/S0102-69092010000200004

Moretzsohn, S. (2002). “Profissionalismo” e “objetividade”: o jornalismo na contramão da política. *Anais do 9º Encontro Anual da Compós*. Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Recuperado de www.compos.org.br/data/biblioteca_1434.pdf

Moretzsohn, S. (2007). *Pensando contra os fatos. Jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico*. Rio de Janeiro: Revan.

Nuzzi, E. F., & Barros Filho, C. (1998). Crítica à objetividade da mídia. In C. B. Filho (Org.), *Globalização, mídia e ética. Temas para debates em cursos de Comunicação Social* (pp. 125–156). São Paulo: Editora Plêiade.

Oliveira, T. D. (2001). Amostragem não probabilística: adequação de situações para uso e limitações de amostras por conveniência, julgamento e quotas. *Administração on line*, 2(3), 1–10. Recuperado de https://gvpesquisa.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/veludo_-_amostragem_nao_probabilistica_adequacao_de_situacoes_para_uso_e_limitacoes_de_amostras_por_conveniencia.pdf

Schudson, M. (2010). *Descobrimo a notícia. Uma história social dos jornais nos Estados Unidos*. Petrópolis (RJ): Editora Vozes.

Schudson, M., & Anderson, C. (2009). Objectivity, Professionalism, and Truth Seeking in Journalism. In K Wahl-Jorgensen & T. Hanitzsch (Orgs.), *The handbook of journalism studies* (pp. 108–121). Routledge. DOI: 10.4324/9781315167497

Souza, R. B. R. (2016). Por uma práxis noticiosa realista: da estética de Lucács ao jornalismo crítico-emancipatório de Genro Filho. *Estudos em jornalismo e mídia*, 13(2), 88–97. DOI: 10.5007/1984-6924.2016v13n2p88

Sponholz, L. (2009). *Jornalismo, conhecimento e objetividade: além do espelho e das construções*. Florianópolis: Insular.

Tambosi, O. (2003). Elementos para uma epistemologia do jornalismo. *Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 26(2), 40–52. DOI: 10.1590/rbcc.v26i2.1044

Tuchman, G. (1993). A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. In N. Traquina (Org.), *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”* (pp. 101–130). Lisboa: Vega.

Vinuto, J. (2014). A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, 22(44), 203–220. DOI: 10.20396/tematicas.v22i44.10977.

Waisbord, S. (2018). Truth is what happens to news: On journalism, fake news, and post-truth. *Journalism studies*, 19(13), 1866–1878. DOI: 10.1080/1461670X.2018.1492881

Ward, S. (2019). *Disrupting Journalism Ethics: Radical Change on the Frontier of Digital Media*. London; New York: Routledge.

RAFAEL PAES HENRIQUES. Doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Pós-Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). É professor no Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e no PósCom–UFES. É autor dos livros *Linguagem, verdade e conhecimento* e *Tecnologia, objetividade e superação da metafísica*, ambos editados pela Edufes. Contato: rafaelpaesh@gmail.com

Um dos pareceres utilizados na avaliação deste artigo pode ser acessado em: <https://osf.io/cr7a9/> | Seguindo a política de ciência aberta da BJR, os avaliadores autorizaram a publicação dos pareceres e a divulgação de seus nomes.